

CIDADE E MULHERES: REFLEXÕES SOBRE LUGAR DE
MORADIA E SEGREGAÇÃO URBANA
*CITY AND WOMEN: REFLECTIONS ABOUT
HABITATION AND URBAN SEGREGATION*

Tuize Rovere¹
Claudia Tirelli²

RESUMO

Este artigo tem a intenção de fomentar o debate acerca dos conceitos de segregação urbana, alargando seus limites para a apreensão das questões de gênero, especificamente de mulheres. Na área do planejamento urbano e regional é vasta a produção envolvendo a temática da segregação urbana, um assunto que possui consolidada pesquisa acadêmica no Brasil. Porém, as investigações a respeito do tema acabam por universalizar as questões territoriais referentes às mulheres. Buscando reverter este quadro, aborda-se a questão de gênero dentro da segregação urbana, referindo-se às mulheres moradoras das periferias urbanas empobrecidas. A escolha de trabalhar com temáticas urbanas de forma crítica, especialmente em um momento de crescente conservadorismo, favorece a reflexão e busca criar formas de combate aos retrocessos e privações de direitos fundamentais do tempo presente.

Palavras-chave: Segregação urbana. Gênero. Cidade. Mulheres.

ABSTRACT

This article intends to foster debate on the concepts of urban segregation, extending its limits for the apprehension of gender issues. In the area of urban and regional planning, the production involving the theme of urban segregation is vast, a subject that has consolidated academic research in Brazil. However, investigations on the subject end up universalizing territorial issues related to women. To reverse this situation, the issue of gender within urban segregation is addressed, referring to women living in impoverished urban peripheries. The choice to work with urban themes in a critical way, especially in a time of increasing conservatism, favors reflection and seeks to create ways to combat the setbacks and deprivations of fundamental rights of the present time.

Palavras-chave: Urban segregation. Gender. City. Women.

¹ Doutoranda e Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, na linha de pesquisa Território, Planejamento e Sustentabilidade. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas e especialista MBA em Gestão Ambiental pela Universidade do Oeste de SC -UNOESC. Atualmente é pesquisadora membro do GEPEUR - Grupo de Estudos em Planejamento Urbano e Regional, CNPq, do GEDEPP - Grupo de Estudos em Democracia e Políticas Públicas - CNPq, do Observatório do Desenvolvimento Regional - Observa - DR e do Observatório dos Conflitos da Cidade (UCPel) - CNPq. Endereço eletrônico: hoff.tuize@gmail.com.

² É doutora e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), concluídos, respectivamente. Pós-doutora pela Universidad Complutense de Madrid/Espanha. Realizou a graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora adjunta na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), onde integra o corpo permanente de docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e o corpo docente do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação. Endereço Eletrônico: ctirelli@unisc.br.

1. INTRODUÇÃO: CIDADE E MULHERES

“E a cidade, pode ser assim cruel”.
(Daíra – Tanto Tempo)

As cidades nunca foram funcionais às mulheres e suas diferentes possibilidades, mas essa realidade vem sendo desconstruída à custa de muita luta e transformação. Os espaços urbanos, planejados e construídos a partir de uma epistemologia eurocentrada e positivista da cidade, têm resultado em uma cidade projetada a partir de uma lógica funcionalista. O sujeito neutro, ou o usuário universal da cidade, permanece sendo a principal referência para o planejamento urbano. As cidades resultantes desse modelo são cidades baseadas em princípios patriarcais, estruturadas para apoiar formas específicas de organização familiar e a manutenção dos papéis sociais de gênero (KERN, 2021). A partir destas construções, os grupos sociais tomados como “o outro”, ou todos aqueles que não pertencem ao ponto de vista único e neutralizante, são tomados como dignos de controle e subalternização. No espaço urbano essa intervenção se dá sobre os corpos das mulheres, da população LGBTQIA³, dos negros e das negras, das crianças, dos idosos e das idosas, dos indígenas e das indígenas e das pessoas com qualquer diversidade física ou mental. Esses grupos continuam a ter suas vidas limitadas pelas normas sociais urbanas que se materializam no espaço. (KERN, 2021)

Este é o modelo de urbanismo que se repete ao redor do mundo e vem deixando de lado os enfrentamentos necessários da desigualdade social e das exclusões de grupos marginalizados, evidenciando, e até mesmo provocando, sua exclusão através do ambiente construído das cidades. No entanto, a implementação desse modelo urbano de regulação e normatização não ocorre sem resistências e o encontro com outras formas de habitar a cidade. Neste artigo iremos abordar como as mulheres constroem as suas formas de existência na cidade, ressignificando esse espaço urbano a partir de suas experiências e práticas.

Sabe-se que, à luz do que afirmava Simone de Beauvoir (1908-1986), a recente e frágil obtenção de direitos urbanos pelas mulheres é passível de retrocesso e exige vigília e luta constante (BEAUVOIR, 1967), realidade que se intensifica diante da ofensiva conservadora que temos enfrentado em termos de Brasil e América Latina. Alguns estudos dentro do urbanismo feminista, perspectiva adotada neste trabalho, têm buscado adotar uma abordagem interseccional para a construção de um planejamento urbano menos excludente e sexista, incorporando uma

³ A sigla LGBTQIA+ representa um grupo de pessoas que se reconhece por orientação sexual ou identidade de gênero diferente do que é tido como aceito na sociedade patriarcal, machista e conservadora que defende que o gênero e a sexualidade precisam obedecer ao sexo biológico. Seu significado é L: lésbicas; G: gays; B: bissexuais; T: transgêneros, transexuais e travestis; Q: queer; I: intersexo e A: assexuais. A sigla é uma evolução de GLS – gays, lésbicas e simpatizantes, de forma a inserir cada vez mais diversidade à luta por aceitação. Fonte: Dia internacional do Orgulho Gay: Saiba o que significa cada letra da sigla LGBTQIA+ (uol.com.br)

diversidade de demandas e características que produzem, para além das construções sociais de gênero, as diferentes formas de habitar a cidade. (COLLECTIU PUNT 6, 2019)

Ana Fani Carlos (2017) afirma que a cidade é um espaço apropriável para a realização da vida, e que essa apropriação começa na escala do corpo e do uso do espaço através do corpo e dos sentidos. Na medida em que se sobrepõem diferentes formas de controle e opressão sobre os corpos marginalizados, o processo de apropriação e uso da cidade se torna truncado, envolto em obstáculos à cidadania e ao alcance de direitos fundamentais. As mulheres têm suas experiências urbanas intimamente ligadas aos seus corpos e à definição biológica da feminilidade (KERN, 2021). Assim, sua experiência cotidiana corporificada está profundamente ligada ao gênero, à capacidade reprodutiva e à sua posição de submissão frente às construções patriarcais.

Minha identidade de gênero molda como eu me movo pela cidade, como vivo meu cotidiano e as opções que estão disponíveis para mim. Meu gênero é mais que meu corpo, mas meu corpo é o lugar da minha experiência, onde minha identidade, história e os espaços em que vivi se encontram, interagem e se escrevem na minha carne (KERN, 2021, p. 22).

O direito básico à moradia é um dos tantos que constantemente são subtraídos da realidade das mulheres brasileiras, especialmente daquelas moradoras das periferias urbanas empobrecidas e sujeitas à precariedade habitacional. Por sua vez, o fenômeno da segregação urbana vem sendo discutido no Brasil há décadas, com extensa produção acadêmica sobre o tema, especialmente no que diz respeito às grandes metrópoles. Porém, a abordagem dada tem se alinhado à prática universalista adotada no planejamento urbano ao longo dos séculos, que além de corresponder a um sujeito neutro ainda mantém o foco nas dinâmicas urbanas das cidades grandes. O próprio “Direito à cidade”, tão presente e reivindicado em documentos de movimentos sociais, de políticas públicas e em artigos científicos da área do Planejamento Urbano, acaba reificando uma ideia de cidade utópica, que não está amparada nas múltiplas experiências de habitar dos grupos que nela vivem (AGIER, 2015).

Este artigo⁴ é fruto das pesquisas realizadas junto ao GEDEPP⁵ e baseada na dissertação de mestrado intitulada *A cidade e a mulher: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS*⁶, tratando dos efeitos da segregação urbana para as mulheres moradoras na periferia empobrecida da cidade. Para isso, foram utilizados diferentes conceitos de segregação urbana desenvolvidos por autores brasileiros a exemplo de Flávio Villaça (2001), Eduardo Marques (2007) e Roberto Lobato Corrêa (2013). Essas ideias foram relacionadas entre si, debatidas e até

⁴ Através deste artigo, pretende-se também prestar uma homenagem póstuma ao professor Flávio Villaça (falecido em março de 2021), cujas ideias foram fundamentais para a compreensão da cidade e do fenômeno da segregação urbana no Brasil.

⁵ Grupo de Estudos em Democracia e Políticas Públicas, ligado ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – PPGDR/UNISC.

⁶ Defendida no ano de 2018 junto ao PPGDR/UNISC.

contrapostas observando a perspectiva feminista dos estudos urbanos. Para isso foram utilizadas autoras de diferentes áreas do conhecimento como a geografia, a arquitetura e o urbanismo, que vêm buscando alargar as fronteiras do conhecimento de suas respectivas áreas. Joseli Silva (2009), Inés Sanchez Madariaga (2004), Zaida Muxí (2006) e Rossana Tavares (2015), entre outras pesquisadoras utilizadas neste artigo, têm dedicado sua produção acadêmica a essa importante temática. Esse cruzamento de ideias mostra-se fundamental para dar conta de um fenômeno tão complexo e multifacetado como a segregação urbana e seus efeitos nos diferentes grupos socialmente excluídos.

Divulgar e compartilhar, dentro do campo do planejamento urbano, pesquisas que investiguem a relação das mulheres com a cidade, especialmente as mulheres empobrecidas e moradoras das periferias urbanas no interior do Brasil é uma escolha política e uma estratégia para tornar visível o invisibilizado. Considerando que 54% das mulheres responsáveis por domicílios brasileiros⁷ se encontram vivendo abaixo da linha de pobreza⁸ e que a maioria delas está nas periferias das cidades, o tema se torna ainda mais urgente. É preciso de pesquisas que contraponham de forma crítica a utilização de um sujeito neutro, ainda hoje adotado, tanto na produção científica hegemônica, quanto no planejamento urbano e regional.

Assim, este artigo tem como objetivo a apresentação de uma concepção feminista acerca da segregação urbana e de sua relação com o gênero – tomado não como recorte, mas como tema que atravessa todas as problemáticas. Busca-se aqui ainda a promoção do pensamento crítico e o incentivo pela busca de alternativas para uma mudança concreta na formulação e implementação de políticas públicas. Por fim, é intuito deste trabalho, engrossar as fileiras dos estudos que buscam promover o acesso de cada vez mais mulheres aos bens e serviços urbanos e à cidade como um todo e, assim, proporcionar este acesso a todos aqueles que não correspondem ao “sujeito neutro” do urbanismo.

Além da presente introdução, o artigo aqui apresentado se estrutura em outras quatro partes: na segunda se discute os conceitos de segregação urbana e sua relação com as questões de gênero e a perspectiva feminista de abordagem do espaço urbano. Mais especificamente, neste capítulo se discorre sobre as dinâmicas espaciais urbanas impostas às mulheres, normalmente ligadas à sua função biológica, ao trabalho de cuidado e à reprodução da vida e suas consequências nos modos de ocupar ou não o espaço urbano. Na terceira parte, debate-se a segregação urbana e a cidade média de Santa Cruz do Sul. Na quarta, são descritos e debatidos alguns dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas junto às mulheres moradoras da periferia urbana da cidade de

⁷ Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) encontrados na Síntese de Indicadores Sociais 2019. Disponível em [liv101678.pdf \(ibge.gov.br\)](http://liv101678.pdf(ibge.gov.br)).

⁸ A linha da extrema pobreza estipulada pelo Banco Mundial é de menos de US\$ 1,90 diário *per capita* no arranjo familiar. Dados do Banco Mundial divulgados pelo Instituto de Estudos Latino Americanos/UFSC, disponíveis em Os pobres do mundo segundo o Banco Mundial | IELA - Instituto de Estudos Latino-Americanos (ufsc.br).

Santa Cruz do Sul. Por último, como continuação de um debate ainda distante da finalização, propõe-se uma breve reflexão sobre os efeitos da segregação urbana para as dinâmicas urbanas realizadas pelas mulheres e os possíveis desdobramentos desta questão.

2. SEGREGAÇÃO URBANA: (DES)CONSTRUINDO CONCEITOS

O espaço urbano é ocupado por diferentes grupos sociais que desempenham dinâmicas próprias e acessam a cidade de acordo com suas possibilidades. Essas dinâmicas se dão a partir dos diferentes corpos, vistos como pertencentes ou não ao espaço urbano normativo. A segregação urbana, nesse contexto, pode ser vista como a materialização no espaço dos constrangimentos impostos pelas construções sociais a esses corpos e às suas diferentes formas de acesso. Neste estudo, o fenômeno da segregação urbana não é tomado como um processo dicotômico entre centro e periferia, mas como um fenômeno multifatorial para o qual são relevantes os aspectos físicos ligados a fatores como local de moradia, condições de mobilidade e acesso à infraestrutura; mas também os sociais, como condições de isolamento, exclusão e homofilia⁹. É preciso também que se considere as diferentes escalas de ocupação do espaço, desde a escala do corpo e sua relação com o lugar em que habita, passando pelas relações de vizinhança, até a relação com o bairro e com a cidade como um todo. Assim, os efeitos das políticas públicas habitacionais tomam um papel importante para sua compreensão, na medida em que localizam espacialmente os corpos na cidade a partir de seus locais de moradia. A dimensão espacial, por sua vez, permeia todos os processos urbanos, constrangendo ou facilitando as dinâmicas espaciais realizadas por esses corpos.

Bichir, Marques e Torres (2006) afirmam que as políticas públicas sociais brasileiras normalmente não levam em conta a distribuição desigual dos diferentes grupos sociais no espaço urbano, tanto em sua formulação, como em sua implementação. Para os autores, um dos fatores mais importantes para a compreensão das diferenças de acesso aos bens e serviços públicos seria a dimensão espacial que interfere no funcionamento das políticas públicas:

Essa dimensão espacial seria causada pelo efeito específico que os padrões de contiguidade, vizinhança e distâncias têm sobre indivíduos e grupos, assim como sobre as suas formas de inserção social de forma ampla. Essas análises indicam, por exemplo, que indivíduos de condições sociais idênticas, mas localizados em regiões distintas da cidade, tendem a ter acessos bastante

⁹ Como homofilia social considera-se neste trabalho o estudo de Eduardo Marques (2007) sobre redes sociais de indivíduos pobres em São Paulo. Nele, o autor considera que essas redes podem apresentar a ausência de indivíduos não pobres, chamando este fenômeno de homofilia social, ou seja, redes de sociabilidade individuais nas quais as relações acontecem majoritariamente entre pessoas com características sociais semelhantes. Para Marques, a restrição nas relações sociais ocasionada pela pobreza é o um dos principais impedimentos à mobilidade social e colabora para a perpetuação da pobreza e da desigualdade.

diferenciados a serviços, bem como ao mercado de trabalho (BICHIR, MARQUES E TORRES, 2006, p.235).

A pesquisa aqui apresentada propõe também uma reflexão sobre a ideia de que as periferias urbanas são sempre desprovidas de infraestruturas e serviços públicos, especialmente no que se trata de cidades médias. A observação empírica leva à percepção de que as periferias urbanas de cidades médias¹⁰, como Santa Cruz do Sul, apresentam grande heterogeneidade quanto ao provimento de bens e serviços públicos, nem sempre apresentando em todas as suas áreas periféricas uma grande discrepância de atendimento em relação ao centro. Ainda assim, apesar de muitas vezes contarem com infraestrutura considerável, as periferias continuam sendo segregadas levando-se em consideração a comparação entre a quantidade/qualidade dos investimentos nessa infraestrutura entre os locais mais e menos valorizados na cidade (HOFF, 2018) e os constrangimentos que dificultam o acesso a ela. Entre esses constrangimentos, especialmente no que diz respeito aos deslocamentos desempenhados por mulheres, estão a violência de gênero, a dificuldade de mobilidade e a distância dos equipamentos e serviços de apoio ao trabalho reprodutivo.

Autores como Flávio Villaça (2001) e Eduardo Marques (2007) têm dedicado sua produção acadêmica ao estudo da segregação urbana, porém, trabalhos sob a perspectiva feminista da segregação urbana ainda são escassos no Brasil. Considerando que a construção do lugar social das mulheres ainda passa pela dimensão biológica, pela capacidade reprodutiva, pela divisão sexual do trabalho e pelo trabalho reprodutivo não (ou mal) remunerado, a vivência da cidade pelas mulheres normalmente é atrelada às atividades e redes de apoio necessárias aos cuidados. Nesse contexto, as dinâmicas urbanas que as mulheres precisam desempenhar para dar conta do trabalho reprodutivo são particulares e diferenciadas (MADARIAGA, 2004) em relação às do sujeito tomado como neutro, o qual na verdade se configura como masculino, branco, cis-heteronormativo e produtivo ao capitalismo. Porém, ainda que permeado por essas diferenças discrepantes entre os usos da cidade, o fenômeno da segregação urbana continua sendo tratado como universal, e para que se possa compreendê-lo e dar visibilidade aos seus efeitos sobre as mulheres, é preciso que conceitos como gênero, normatividade e patriarcado sejam trazidos à reflexão no contexto dos estudos urbanos.

Para Villaça (2011) a segregação espacial urbana seria aquela que se refere ao local de ocupação dentro do espaço urbano pelas diferentes classes sociais, articulando a análise do espaço segregado à economia, à política e à ideologia, meios pelos quais se opera a dominação. De acordo com o autor, a segregação envolve não somente o preço da terra urbana, mas condições de

¹⁰ Por se tratar de um fenômeno intraurbano, adota-se para esta pesquisa a classificação do IBGE para cidades médias, que seriam aquelas que possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes, e não as classificações que dizem respeito às redes urbanas e às relações de interdependência entre as cidades.

proximidade aos bens e serviços urbanos e a outros atrativos como infraestrutura, natureza e *status*. Esses fatores podem levar aqueles que têm condições de escolher seu local de moradia a ter prioridade no acesso aos espaços de seu interesse. O autor não se refere somente ao valor da terra, na medida em que as classes mais altas também podem procurar pela terra mais barata das periferias urbanas de acordo com os atrativos ali presentes. Assim, a segregação pode ser considerada um processo dialético “em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 2001, p. 148). Trata-se, então, de um processo único, no qual os mais ricos segregam-se voluntariamente em busca dos locais que melhor lhes convêm. Por consequência os mais pobres sofrem a segregação involuntária, sendo levados a ocupar os espaços mais baratos e nos quais as classes mais altas não se interessam em ocupar. A ocupação dos territórios pelas classes mais empobrecidas normalmente se dá via moradias irregulares, cedidas, alugadas ou ainda através das políticas públicas habitacionais, ocupando locais normalmente afastados dos centros urbanos em que se localiza o setor terciário e que contam com menos atrativos:

No setor terciário, está a grande concentração dos empregos dos mais ricos, especialmente nos escritórios várias profissões liberais e ainda os das atividades modernas como o *marketing*, a publicidade, comunicação, propaganda, informática etc.) nas sedes das corporações multinacionais, nos bancos e nas financeiras, nas sedes das empresas médias e grandes das mais variadas naturezas, consultórios etc., e ainda no comércio varejista. Esses empregos estão concentrados numa única área, que é precisamente a mesma onde estão concentradas suas residências dos mais ricos (...) (VILLAÇA, 2011, p. 50).

Numa perspectiva próxima a de Villaça (2011) está Roberto Lobato Corrêa (2013), para quem existe intensa relação entre o local de habitação e a segregação das classes sociais no espaço urbano. Para ele, as classes mais altas determinam a configuração dos territórios uma vez que possuem o poder econômico e assim dispõem da possibilidade de escolha. Lobato Corrêa trata este fenômeno por segregação residencial. Assim como Villaça (2001), Corrêa (2013) contrapõe a segregação por poder de escolha, ou “autossegregação”, e a segregação por imposição, ou “segregação induzida”. A “autossegregação” seria aquela onde o indivíduo tem a possibilidade de escolher os melhores locais de habitação de acordo com seus interesses, o que Villaça (2001) chama de “segregação voluntária”. Corrêa afirma que a autossegregação visa reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano e de suas amplas e confortáveis habitações. Graças aos cada vez mais eficazes meios de controle do espaço, as áreas auto segregadas fornecem segurança aos seus habitantes, ampliando o *status* e prestígio que possuem. Essas áreas são consideradas nobres, tendo sido criadas pelo grupo de alto status social e para ele. É, assim, uma política de classe que tem no espaço um ingrediente muito importante (CORRÊA, 2013). Já a “segregação induzida”

corresponderia à “segregação involuntária” citada por Villaça (2001), ao se referir àquela em que os indivíduos são levados por fatores externos a sua vontade, residindo “onde lhes é imposto, sem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação” e envolveria ainda “aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro de limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis.” (CORRÊA, 2013, p. 43). A convergência dos dois autores se dá na interpretação da segregação como um fenômeno único, em que a segregação das classes mais ricas implica na segregação das classes mais pobres.

Eduardo Marques (2015) afirma que dois importantes fatores para a segregação urbana são a separação (afastamento) e a desigualdade de acesso aos serviços e infraestruturas públicos e oportunidades. Considera-se que Marques (2015), assim como Villaça (2001), assume o aspecto multifatorial da segregação e acrescenta ainda a existência de diferentes graus de carências e heterogeneidade social nas periferias urbanas:

partimos da convicção de que separação e desigualdade de acesso se constroem e reconstroem mutuamente, sendo, portanto, processos indissolúveis, que precisam ser pensados dinamicamente. Em nossas cidades, os grupos não apenas se localizam separados entre si em espaços homogêneos internamente e distantes uns dos outros como, por causa disso, ocorre um acesso diferente desses grupos às oportunidades e aos equipamentos vigentes na cidade, com muitas consequências negativas para os grupos sociais segregados; embora isso também ocorra, os processos parecem ser mais dinâmicos, e os diferenciais de acesso também são causa da separação (MARQUES, 2015, p. 35).

Para Marques (2015) espaços igualmente pobres possuem, por vezes, características muito diferentes entre si, como, por exemplo, a intensidade da ocorrência de mazelas urbanas como desemprego e violência. Esta observação é importante também, no que diz respeito às diversas configurações urbanas presentes nas periferias. Indo além, Marques (2015) considera que a dinâmica da segregação urbana não se limita à dificuldade de acesso e pobreza urbana, embora considere fatores importantes no processo. A segregação urbana diz respeito também ao grau de separação ou isolamento entre os diferentes grupos sociais. A sociabilidade dos indivíduos também seria afetada pelo fenômeno, uma vez que a dificuldade de acesso aumenta conforme o grau de homogeneidade presente nas regiões mais pobres da cidade. Assim, grupos mais homogêneos e de pior acesso às estruturas de possibilidades, tendem a formar suas redes de sociabilidade de maneira mais restrita, ajudando a perpetuar situações de pobreza e vulnerabilidade (MARQUES, 2015). Essas redes seriam fundamentais não apenas para a intensificação dos laços no interior das comunidades de baixa renda, mas principalmente para a construção de pontes para fora da comunidade que permitam solucionar os problemas do cotidiano mais facilmente e viabilizar processos de mobilidade social e maior acesso a oportunidades de trabalho e a serviços públicos (HOFF, 2018).

Nota-se aqui, claramente, o apagamento por parte dos autores acerca de outras dimensões da segregação urbana, que vão além das questões de classe social e acesso ao trabalho e aos bens e serviços públicos. Embora afirmem que o lugar de moradia é um fator determinante para a segregação, não levam em consideração as diferenças entre a ocupação do espaço urbano pelos diferentes corpos. Também não consideram a forma com que o corpo feminino é levado a se relacionar com o espaço urbano e os constrangimentos específicos aos quais está submetido, desde o seu lugar de moradia até a sua relação com os espaços públicos.

De acordo com Madariaga (2004), as demandas impostas aos corpos femininos colidem com as estruturas urbanas funcionalistas e normativas. As mulheres arcam com dupla jornada de trabalho (doméstico e remunerado) e usam o espaço das cidades de maneira complexa, conforme as atividades que necessitam desempenhar, ou seja, conciliando as suas atividades remuneradas e não-remuneradas. Noutra sentida, o homem-padrão (branco e produtivo) perfaz deslocamentos pendulares, tradicionalmente em veículos motorizados, coletivos ou não, que vão da casa para o trabalho e vice-versa. Assim, as mulheres são levadas a ocupar o espaço das cidades a partir da realização de suas funções reprodutivas e seus deslocamentos se dão de maneira poligonal, pois precisam responder às demandas familiares e às suas próprias demandas, as quais envolvem o deslocamento à escola para levar os filhos, aos locais que oferecem serviços de saúde, lazer e outros serviços, além daqueles necessários ao cumprimento das suas jornadas de trabalho remunerado. Hoff (2018) destaca que, em se tratando de mulheres em situação de vulnerabilidade e que não possuem acesso aos bens e serviços particulares, esta condição prejudica significativamente a mobilidade urbana e, conseqüentemente, a sua autonomia.

Las mujeres son las principales usuarias del transporte público, encadenan más viajes, viajan por más motivos diferentes, recorren distancias más cortas, realizan una gran parte de sus desplazamientos en el entorno de la vivienda y hacen muchos viajes acompañando a otras personas que carecen de autonomía personal. Aunque se muevan más, tienen menos movilidad y ésta está constreñida por su dependencia de las necesidades de los otros y de los horarios de los servicios públicos, y por su menor acceso al transporte privado (MADARIAGA, 2004, p. 109).

Apesar dessas evidências, a cidade continua a ser pensada para este sujeito universal e neutro e não para as pessoas que historicamente estão colocadas à margem do planejamento urbano e suas políticas públicas. É importante salientar que esse processo não se dá de forma natural, mas corresponde às prioridades e hierarquias existentes em um sistema econômico capitalista em uma sociedade patriarcal (COL.LECTIU PUNT 6, 2019). Veja-se que o termo produtivo é essencial para o entendimento das dinâmicas espaciais. Os deslocamentos poligonais realizados tradicionalmente pelas mulheres também são realizados por outros agentes tomados como “improdutivos” ou não funcionais ao sistema, como as pessoas com necessidades específicas (cadeirantes, cegos, etc.) e pessoas idosas, as quais também podem ter a sua

locomoção reduzida, além de pessoas que não se enquadram no padrão normativo e por isso estão sujeitas a uma série de constrangimento à sua mobilidade.

A mobilidade urbana, por sua vez, atua como condicionante fundamental no processo de segregação involuntária em que os mais pobres ocupam os locais mais afastados e com menor possibilidade de se deslocar pela cidade (VILLAÇA, 2001). Isto afeta, sobretudo, o deslocamento das mulheres e outros grupos socialmente marginalizados. A setorização das cidades nos moldes funcionalistas, inspirado em uma concepção modernista (JACOBS, 2000), interfere intensamente nas possibilidades de deslocamento das mulheres moradoras das periferias urbanas. Setores com a função exclusiva de moradia, nos quais normalmente são implementados os conjuntos residenciais promovidos pelas políticas públicas habitacionais, acabam por dificultar a mobilidade feminina. O aumento da distância da moradia aos serviços, comércios e empregos, muitas vezes inviabiliza a inserção no mercado de trabalho e ainda na esfera social. Além disso, as mulheres estão sujeitas a uma série de constrangimentos específicos, relacionados com a sua corporeidade, como o medo da violência de gênero. Em uma pesquisa realizada pela ActionAid, divulgada em 2016, 86% das mulheres entrevistadas já sofreram algum tipo de assédio em espaços públicos das cidades brasileiras, sendo que 79% destas atribuem os assédios a má qualidade dos serviços públicos. Neste contexto, o tempo, a segurança e as formas de deslocamento pelo espaço urbano são determinantes da qualidade de acesso à cidade, embora grande parte dos estudos sobre a segregação urbana no Brasil considere somente o tempo como sendo um fator primordial para a questão da mobilidade urbana.

Muitas mulheres moradoras das periferias, obrigadas a tomar conta dos filhos e dependentes sem contar com redes de apoio, acabam ficando restritas ao espaço doméstico e ao trabalho informal, aprofundando ainda mais a sua situação de vulnerabilidade. Essas mulheres têm a mobilidade reduzida pela distância e pelas condições de realização do trabalho reprodutivo sobre elas imposto. Em conversas com moradoras da periferia urbana santa-cruzense durante a realização da pesquisa de mestrado (HOFF, 2018), ouviu-se mulheres relatarem a impossibilidade de se deslocarem até um trabalho formal, normalmente próximo ao centro da cidade, por ter que adequar seus horários ao horário da escola dos filhos. Por conta do medo da violência e da ausência de atividades para o turno inverso ao do período de aulas, essas mães se sentem na obrigação de acompanhar seus filhos até a escola e aguardá-los no momento da saída, acompanhando-os no trajeto de ida e volta. Esse condicionamento inviabiliza seu acesso a empregos formais distantes de seu local de moradia e com jornadas convencionais de trabalho de oito horas diárias (não conseguiriam chegar a tempo do turno de trabalho):

Ao contrário do que se pensa, o tempo e o espaço urbanos não são obras da natureza, mas produtos do trabalho humano. No caso urbano, o tempo se manifesta fundamentalmente por meio do tempo gasto pelos moradores da

cidade em seus deslocamentos espaciais. Como mostramos, esse tempo está intrinsecamente ligado ao espaço urbano produzido (VILLAÇA, 2011, p. 56).

Cabe fazer uma ressalva às teorias de Villaça (2011) quando afirma genericamente que, para as famílias mais pobres, o deslocamento casa-trabalho é mais relevante do que os desempenhados em função do trabalho reprodutivo e outras demandas pessoais. Urbanistas como Inéz Madariaga (2004) e Zaida Muxí (2006) apontam para os deslocamentos femininos no espaço urbano em função das atividades domésticas, cuidados com os filhos e familiares dependentes e as dificuldades de realização destes deslocamentos em função das dinâmicas de organização urbana. A segregação é um dos mais fortes constrangedores das atividades impostas às mulheres, especialmente no que diz respeito às mulheres pobres e em situação de vulnerabilidade. São essas mulheres que pela sua condição, são frequentemente submetidas ao que Villaça chama de “segregação involuntária”, ou seja, “quando o indivíduo ou uma família se veem obrigados, pelas mais variadas forças, a morar num setor, ou deixar de morar num setor ou bairro da cidade” (VILLAÇA, 2001, p. 147). Nas cidades brasileiras, inúmeros são os casos de populações levadas, por condições alheias a sua vontade, a habitar em locais afastados de seus territórios de origem (VILLAÇA, 2001; MARICATO, 2009; ROLNIK, 2015), muitas vezes desconstituindo parcial ou totalmente suas relações de proximidade e vizinhança. Uma das formas de afastamento das famílias de baixa renda de seus locais de origem, dos centros urbanos e das áreas mais valorizadas e bem servidas de bens e serviços públicos, é a implementação de políticas públicas habitacionais como o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

A ação do Estado também pode ser uma das possibilidades de causas para a segregação urbana (BICHIR, MARQUES E TORRES, 2006). Assim, a política pública habitacional do programa MCMV, que tem deslocado compulsoriamente populações empobrecidas, especialmente mulheres, para as periferias das cidades, pode ter como efeito colateral a segregação de determinados grupos sociais marginalizados. Percebe-se um padrão de deslocamentos nos reassentamentos promovidos pelo programa, fazendo com que grande parte dos conjuntos habitacionais por ele financiados ocupe as periferias empobrecidas das cidades. Indo além, a priorização da titularidade feminina no programa acaba fazendo com que as mulheres, especialmente as responsáveis pela família (normalmente monoparentais) sejam as principais afetadas pela segregação urbana ocasionada por este tipo de empreendimento e ainda perpetuando o papel social imposto a elas.

Vale salientar que o aumento das distâncias e a setorização não implicam em ausência de bens e serviços públicos, ainda que estes estejam presentes em quantidade e qualidade menores do que o necessário (apenas 25% das crianças menores de seis anos são atendidas por creches no

Brasil¹¹, por exemplo). Muitas periferias são providas por serviços coletivos básicos como transporte, creches, postos de saúde e escolas, porém, a observação empírica indica que estes não são suficientes para prover as necessidades familiares de suporte e apoio no trabalho de criação dos filhos e manutenção da vida familiar. As mulheres acabam arcando com esta demanda, fazendo com que a simples presença destes serviços não seja suficiente para sua emancipação ou (re)inserção no mercado de trabalho. A ausência de políticas públicas emancipatórias eficientes voltadas para a realidade da mulher, assim como a manutenção do papel social feminino funcionam como fator de constrangimento, limitando o acesso ao espaço urbano. O papel social imposto aos corpos femininos no espaço urbano pode ser entendido como o que Villaça (2003) chama de ideologia dominante, ou os processos ideológicos pelos quais os poderes dominantes naturalizam o pensamento normativo como verdadeiro. Assim, a relação de não pertencimento e por consequência a não priorização de políticas públicas que proporcionem a ocupação do espaço público pelas mulheres são vistas como normais ou se tornam invisíveis diante da universalização empregada na elaboração e implementação das políticas públicas urbanas.

3. SEGREGAÇÃO URBANA E CIDADES MÉDIAS: UM DEBATE NECESSÁRIO

O conjunto de costumes e valores sociais ao longo do tempo faz parte do que configura as diferentes dinâmicas urbanas e produz marcas materiais que permanecem no espaço, tanto na arquitetura, quanto no seu traçado. Essas dinâmicas também têm expressão imaterial no desenho da cidade. Dessa forma, pode-se dizer que a cidade se forma na dialética entre o material e o imaterial, o pessoal e o social, o público e o privado, o habitar e o produzir, o construir e o destruir, sendo reconhecida como resultado da vivência humana, sempre em transformação (CARLOS, 2017). As diferentes forças representadas pelas realidades sociais diversas que compõem o espaço urbano são dotadas de possibilidades de transformação, concretizando objetivos e materializando suas ações no território da cidade. Ao mesmo tempo, os diferentes usos do espaço urbano também podem configurar as dinâmicas sociais que nele se encerram. Para Lobato Côrrea (2013) assim como os diferentes usos urbanos surgem a partir da ocupação espacial, o inverso também é verdadeiro, a ocupação pode ser definida a partir dos usos. O autor usa como exemplo a concentração de indústrias numa determinada cidade, ou o uso do espaço como setor industrial, pode proporcionar o surgimento de bairros operários ao seu redor. No caso de Santa Cruz do Sul é exatamente esta a dinâmica observada.

¹¹ Dados do Censo Escolar 2016 realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017-pdf/59931-app-censo-escolar-da-educacao-basica-2016-pdf-1/file>.

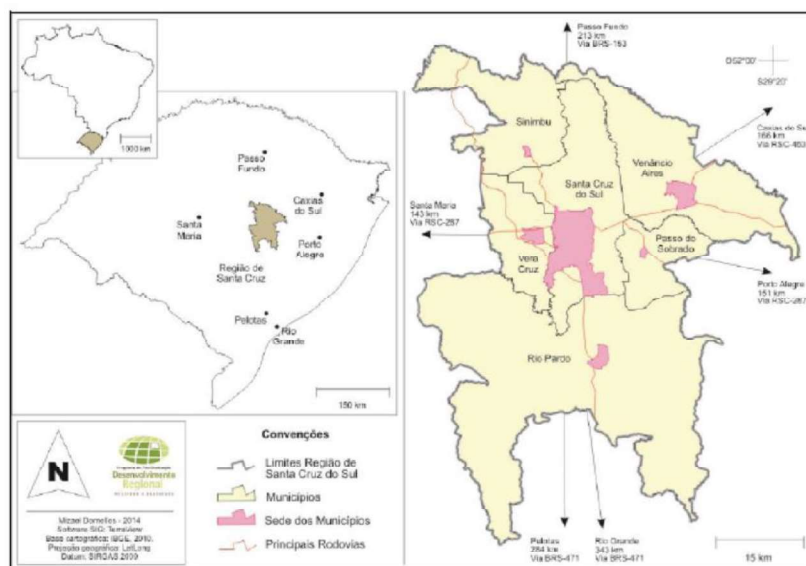


Figura 1: Mapa de localização da cidade de Santa Cruz do Sul no RS.

Fonte: DORNELES, 2015 *apud* HOFF, 2018.

A cidade de Santa Cruz do Sul está localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, a 151 km da capital Porto Alegre. O município conta com uma população de 131.365 pessoas (IBGE, 2021), o que lhe confere o status de cidade média de acordo com a classificação do IBGE (entre 100.000 e 500.000 habitantes). Trata-se de uma cidade essencialmente urbana, já que aproximadamente 90% de sua população reside nesta área do município (IBGE, 2010).

Configura-se também como pólo agroindustrial de tabaco do país, centro sub-regional da rede urbana gaúcha e centro econômico comercial e de serviços da região do Vale do Rio Pardo, localizada na área centro oriental do Rio Grande do Sul (SILVEIRA, 2016). A influência da indústria fumageira no processo de urbanização se deu especialmente na segunda metade do século XX, a partir da instalação das multinacionais do setor. Profundas transformações se dão no espaço urbano desde então: substancial aumento da população, acelerada ampliação do perímetro urbano, intenso processo de incorporação e especulação imobiliárias e o crescimento significativo das vilas populares na periferia urbana (SILVEIRA, 2003). Ainda segundo Silveira (2003), a formação da periferia sul da cidade se deu enquanto local dos safristas, e permaneceu menos provida de infraestrutura e serviços públicos, enquanto abriga a população mais empobrecida, o que se configura como um processo de segregação urbana.

A localização de assentamentos populares, próximos ao setor industrial (ao sul do município) e à BR 471, conformou uma periferia pobre, e atraiu para esta área da cidade tanto os novos migrantes, quanto os trabalhadores que buscavam um lugar na cidade que fosse acessível à sua realidade. Enquanto isso, a área central da cidade, assim como a dos bairros ao seu redor, valorizada pela presença de infraestrutura pública e proximidade do setor terciário (comércio e serviços), tornou-se alvo da especulação imobiliária, visando às classes alta e média da população.

Com terrenos cada vez mais caros, a área central foi aos poucos ocupada por estas classes, levando os trabalhadores a ocuparem as áreas mais próximas às indústrias, ou aquelas situadas além do perímetro urbano (SILVEIRA, 2003). Assim a segregação foi naturalizada na dinâmica social de formação da cidade de Santa Cruz do Sul e o desenvolvimento econômico e o capitalismo imprimiram suas marcas neste processo, assim como as formas patriarcais de desenvolvimento urbano.

A segregação urbana diz respeito à cidade em seu conjunto e tem no território a materialização da pobreza, uma vez que o local de moradia representa importante influência nos condicionantes de acesso à cidade, especialmente aos grupos sociais marginalizados. Na configuração patriarcal do espaço urbano, se perpetua o papel social das mulheres, conformando sua relação com o lugar de habitação de forma bastante intensa, na medida em que se ocupam do trabalho reprodutivo. Neste aspecto “o isolamento geográfico e a distância, levam a um acesso mais difícil às oportunidades produzidas na cidade” (MARQUES, 2007, p. 34), especialmente em uma cidade do porte médio como Santa Cruz do Sul, onde o comércio e os serviços tendem a se concentrar no centro ou em áreas na proximidade das áreas centrais.

A localização da habitação dos trabalhadores nas proximidades da área industrial é fruto da mesma dinâmica que levou estes trabalhadores a migrarem para a cidade de Santa Cruz: servir de mão de obra barata para a indústria. Por sua vez, a proximidade com a indústria transforma a área ao seu redor em terra barata para moradia, num círculo vicioso de pessoas empobrecidas habitando lugares empobrecidos. Embora existam núcleos habitacionais populares espalhados pela zona urbana, como por exemplo, a chamada “antiga Cohab” (próxima a UNISC), nos últimos dez anos, os empreendimentos habitacionais voltados para as classes mais baixas da população e financiados por programas habitacionais federais foram construídos em terras da zona sul. Este fenômeno acaba reafirmando a periferia sul como o “lugar dos pobres na cidade”: “Em que pese a presença de uma pequena parcela das camadas mais pobres no espaço dos mais ricos, o fato é que a grande maioria dessas camadas ocupa o “lado de lá” da cidade e as periferias afastadas” (VILLAÇA, 2001, p. 225, grifo do autor). Villaça (2012) afirma que o espaço urbano tende a (re)produzir os interesses das burguesias, controlando o mercado, o estado e a ideologia. Quanto maior a desigualdade social, maior a desigualdade no espaço urbano. Assim, em Santa Cruz do Sul as desigualdades sociais são materializadas na forma de um espaço urbano desigual. Enquanto as zonas norte e leste são vistas como mais promissoras para a especulação imobiliária, e por isso alvo dos maiores investimentos tanto pelo poder público quanto pela via privada, a zona sul cada vez mais se configura como o lugar onde aqueles que não conseguem acessar o restante da cidade habitam.

Ainda que reproduza em muitos aspectos a relação com a segregação que se dá nas grandes cidades, o desenvolvimento urbano na cidade de Santa Cruz do Sul reserva suas

particularidades em relação a elas. Tanto o crescimento, quanto as transformações da forma urbana santa-cruzense são resultado tanto da industrialização quanto do interesse e ação de agentes como construtores, empreendedores e empresas ligadas à construção civil (SILVEIRA, 2016). Todos esses agentes participam em alguma escala da produção do espaço urbano, salvaguardando seus próprios interesses, influenciando e até mesmo direcionando o poder público e o desenvolvimento da cidade. Santa Cruz não possui a delimitação de uma Zona de Interesse Especial, que priorize o uso social da propriedade ou os interesses das populações mais vulneráveis e com menor poder de interferência nos rumos do desenvolvimento do município. Assim, a quantidade de investimentos em infraestrutura de bens e serviços públicos e a localização dos empreendimentos financiados pelas políticas públicas habitacionais acabam por obedecer aos mesmos interesses do mercado imobiliário, da especulação e da financeirização do espaço urbano. Em última escala, estão mais uma vez colocados à ação do capital, os grupos marginalizados, os mais vulneráveis e as populações empobrecidas, entre elas, as mulheres. Segundo o Censo do ano de 2010, 46% da população urbana santa-cruzense é formada por mulheres, sendo que destas, 33,3% são as responsáveis pelos domicílios. Nos domicílios com um único responsável, as mulheres respondem por 87,3% das famílias. O rendimento médio das mulheres em Santa Cruz do Sul corresponde a 66,3% do rendimento masculino. A partir de dados do portal ObservaDR/Covid-19¹², identifica-se a sobreposição de fatores como precariedade habitacional, número de mulheres responsáveis pelos domicílios e baixos salários, configurando a pobreza santa-cruzense como feminina e moradora da periferia sul da cidade (ROVERE, 2020).

4. A SEGREGAÇÃO URBANA E AS MULHERES

As observações realizadas aconteceram desde o ano de 2016 até o ano de 2020 (no período pré-pandêmico de janeiro a março), junto aos conjuntos residenciais Santo Antônio e Vivem Bem, ambos localizados na periferia sul de Santa Cruz do Sul e financiados pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida na modalidade 1 – contemplando famílias com renda de zero até 3 salários mínimos. Ambos os residenciais se localizam margeando a área industrial da cidade, e a cerca de 10 quilômetros do centro. O conjunto residencial Santo Antônio, com 242 famílias alojadas em apartamentos de 43,24m² em prédios, foi implementado no ano de 2012. Já o Viver Bem foi entregue aos moradores no ano de 2015 e abrigou 908 famílias em casas de 40,7m². As pesquisas contaram com um questionário para estabelecimento de um perfil socioeconômico dos moradores, além de observação direta nos locais, participação de dinâmicas

¹² Dados disponíveis no relatório *Rendimento mensal e gênero dos moradores responsáveis pelos domicílios particulares permanentes em Santa Cruz do Sul* (ROVERE, 2020) disponíveis em 3.Texto-Rendimento-nominal-mensal-e-gênero-dos-responsáveis-pelos-domicílios-em-Santa-Cruz-do-Sul.docx-1.pdf (observadr.org.br)

informais como rodas de chimarrão, conversas informais com as mulheres que circulavam pelo espaço público e entrevistas com as mulheres moradoras do residencial Santo Antônio. Neste artigo estão reunidos dados que se considera relevantes para o melhor entendimento sobre os efeitos da segregação urbana sobre as mulheres, especialmente as mulheres empobrecidas moradoras das periferias das cidades.

Em Santa Cruz do Sul as mulheres sem cônjuge e responsáveis pelos domicílios correspondem a 87,3% e deste percentual, 52,5% vivem em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo. No conjunto habitacional Santo Antônio, 59% das pessoas entrevistadas para as pesquisas aqui descritas foram do sexo feminino, enquanto 83,9% das famílias que lá residem contam com mulheres como responsáveis. Quase a metade das famílias que lá residem vivem em condições precárias, contando com renda de até um salário mínimo mensal (43,20%), na maior parte das vezes oriundo de programas de redistribuição de renda como o Bolsa Família (53%). No residencial Viver Bem, a realidade apresenta-se um pouco diversa já que 90,6% das responsáveis pelas unidades residenciais são mulheres, a maioria de jovens entre 18 e 30 anos (cerca de 40%). Apenas 22,47% se autodeclararam pretas ou pardas. A maior parte das famílias tem renda entre um e dois salários mínimos (51,87%), seguidas das famílias que recebem até um salário mensal (40,64%).

Muitas mulheres relataram o desemprego, a falta de condições para o trabalho e a tentativa de obtenção de uma fonte de renda por pequenos serviços ou empreendimentos. Pagu¹³, uma moradora do Santo Antônio, contou que obtinha o sustento dos cinco filhos pelo Bolsa Família. Ela tentava fazer chocolates para vender visando uma renda extra, mas só conseguia comprar o material para as trufas quando sobrava dinheiro das bolsas. Com dois filhos pequenos e sem vagas na creche próxima ao local de moradia, Pagu não conseguia trabalhar, então tentava empreender por conta própria, assim como muitas mulheres residentes do local, sujeitas a relações precarizadas de trabalho, ou sem outra fonte de rendimentos a não ser as políticas públicas de distribuição de renda. Com uma renda abaixo do necessário para sua subsistência, desempregadas ou em empregos informais e contando muitas vezes somente com os benefícios sociais, essas mulheres estão imersas em uma realidade de pobreza, agravada muitas vezes pelo local de moradia, na periferia sul da cidade. A desarticulação entre as políticas públicas sociais (DRAIBE, 1993), além de reforçar o patriarcado, muitas vezes inviabiliza o exercício da plena cidadania feminina, na medida em que impossibilita o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à mobilidade urbana, à saúde e planejamento familiar, entre outros.

A maior parte das moradoras de ambos os conjuntos habitacionais são provenientes de outros bairros da mesma periferia, onde a maioria vivia junto a familiares ou em casas alugadas.

¹³ Os nomes das mulheres foram trocados para a preservação de suas identidades.

O fato das moradoras serem provenientes da mesma situação de periferia e segregação faz com que não haja a percepção da própria situação em relação à cidade, nem quanto à diferença de acesso aos bens e serviços públicos em relação ao centro ou quanto ao acesso ao próprio centro e à grande parte dos empregos nos setores de comércio e serviços ali presentes, como demonstra a fala de uma das moradoras do conjunto Santo Antônio:

Trabalho é bem perto, 15 minutos daqui... o transporte público é bom, em uma hora passa três ônibus, então... não tem que se queixar, né... perde um tu pega o outro... e... a escola é um pouquinho longe, a creche é um pouquinho longe... mas tem creche e tem escola, emprego... todo mundo precisa trabalhar, tem que correr atrás... no centro... só vou no final do mês porque tem que ir pra pagar as contas, não adianta... no final de semana vamos no shopping ou na pracinha, mas aí a gente vai de carro, mas dia de semana eu ando de ônibus... (LEOLINDA, 2017).

Mais do que a segregação, é assimilada pelas mulheres a necessidade de obtenção de moradia própria, ou da propriedade privada da moradia, como garantia de dignidade e melhoria de vida, entendendo os efeitos colaterais da política pública habitacional como inerentes ao processo. Apesar disso, o medo foi um dos fatores de constrangimento percebido pelas mulheres, inclusive causando impedimentos nas relações com o espaço público e na realização das tarefas cotidianas, como levar os filhos à escola ou sair para trabalhar em horários menos movimentados. Nas falas das moradoras, essa violência é atribuída à falta de presença do Estado e também ao grande número de unidades habitacionais abandonadas, sujeitas à invasão por pessoas que elas acreditam estar ligadas ao tráfico. A proximidade com outras áreas de risco e dominadas por facções criminosas também foi apontada como fator gerador de violência, tanto pelos moradores, como pelos profissionais da prefeitura que trabalham ou trabalharam no local. Ainda segundo relato das moradoras, a única polícia que comparece no interior do conjunto habitacional é a polícia civil, e quando aparece, acaba invadindo apartamentos, deixando um rastro de medo e intimidação.

Existe também, por parte das mulheres, uma grande preocupação com os filhos, com sua educação e especialmente com a sua segurança.

(...) às vezes até pra evitar de (as crianças) verem as vendas (de drogas) e as gurias (prostitutas) ali, aquele entra e sai com os próprios cliente, ou até de quando vê tá no meio de uma bala perdida, né. Que uma vez deu um assalto ali daquele posto que o cara fugiu e deu tiroteio dentro do Residencial, que deu no ano passado, lembra? (...) tava dando tiro dentro do Residencial. E se tem o pessoal tomando chimarrão e as crianças brincando naquela hora... Aquela pracinha é só pros cachorros, só pros cachorros (NÍSIA, 2017).

Tem muita criança aqui vendo isso, e vai pro mesmo caminho. As crianças ali fora já brincam de arma, brincam de ser bandidos. Eles vejam... eles não querem ser mocinhos, querem ser bandidos. Que futuro essas crianças tem? (LEOLINDA, 2017).

O que eu tentei dizer pra minha mais velha ontem de noite, quando ela disse que queria ir sair, eu já disse pra ela: aqui não tem como. De repente tu vai, tu não volta, no caminho... bom, os táxi não querem vir trazer ninguém aqui, ou tu dorme fora, ou tu arruma alguém que vai te buscar e vai te trazer. Uma parceria, porque táxi não vem, e se vai, o taxista vem buscar e é assaltado, praticamente não tem como. E antigamente não, antigamente onde que nós morava nós ia, nós voltava, o táxi vinha, o táxi ia... era um outro padrão. Esse é bem complicado, de morar aqui (DANDARA, 2017).

A busca por uma qualidade melhor no ensino leva inclusive algumas mães a matricularem seus filhos em escolas distantes do conjunto habitacional onde vivem, como no caso de Dandara e Leolinda, que tem seus filhos mais velhos matriculados em escolas mais próximas do centro da cidade, que acreditam ser melhores do que as que ali existem. Segundo elas, o acesso à educação é visto como uma maneira de manter as crianças longe da criminalidade e ainda como facilitador para que as mães possam trabalhar. Nísia relata a relação de medo e cuidado com as crianças no residencial Santo Antônio.

Além das dificuldades já relatadas, a estigmatização das mulheres que residem no conjunto habitacional, segundo elas, também é fator de impedimento para a sua contratação no mercado de trabalho formal. O residencial Santo Antônio, por exemplo, é conhecido como “Carandiru”, por seus muros altos e pela suposta criminalidade que ali se encontraria. Até mesmo os antigos moradores do bairro demonstram preconceito contra os moradores do residencial:

Em matéria de emprego, ninguém dá emprego pra quem mora aqui, a não ser se te conhece. Porque geralmente quando tu fala no residencial Santo Antônio, ele é tão mal falado, que as pessoas não confiam mais. ... Aquela história do Carandiru, isso me irrita quando as pessoas falam que aqui é o Carandiru, esses dias fiquei indignada. Esses dias já disse pra faxineira que disse: ai, vou vir trabalhar no Carandiru... o Carandiru paga tuas contas, paga a tua comida, paga o teu vai-e-vem, o Carandiru é que tá te pagando. Na verdade, eu tô te pagando, tu fala do Carandiru mas eu tô te pagando. Se eu não pagar o condomínio tu não come. (irritada) É uma coisa puxando a outra... (DANDARA, 2017).

Assim, considera-se que a situação de segregação tem efeitos muito específicos entre as mulheres, especialmente por conta da construção patriarcal do espaço urbano, da divisão sexual do trabalho e da manutenção do papel social feminino que estas construções ajudam a perpetuar. As políticas e os serviços públicos urbanos brasileiros não vêm atuando no sentido de causar uma ruptura com o sistema patriarcal. Observa-se ainda que as mulheres residentes das periferias urbanas enfrentam cotidianamente os constrangimentos impostos pela dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos que servem de apoio ao trabalho reprodutivo e dificuldade de acesso ao trabalho formal e melhor remunerado, além de enfrentarem o estigma, o medo da violência, a sensação de não pertencimento ao espaço público e a mobilidade urbana comprometida por esses fatores.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA OUTROS ESTUDOS

Com a intenção de promover o debate e a (re)apropriação do conceito de segregação urbana a partir de uma perspectiva feminista: que relacione gênero, apropriação urbana, dinâmicas sociais e seus reflexos espaciais – este artigo teve a pretensão de relacionar algumas das ideias desenvolvidas por autores brasileiros que estudam o tema há décadas. Em um segundo momento, o artigo também se propôs a relacionar os conceitos de segregação urbana não só com os atravessamentos de gênero, mas com a realidade encontrada através das pesquisas realizadas pelas autoras na periferia urbana de Santa Cruz do Sul, desde o ano de 2016. Para que estes objetivos fossem alcançados, se propôs a apreensão das teorias universalizantes utilizadas nos estudos sobre segregação urbana e o entendimento da relação das mulheres com a cidade a partir de uma perspectiva feminista do espaço urbano e do urbanismo. Ademais, essa perspectiva contribuiu para uma construção teórica que privilegiasse o surgimento de elementos e categorias inéditos, e não apenas compará-los às bases teóricas existentes. Sendo assim, destaque-se a importância de ter-se atribuído ao espaço urbano um caráter relacional, entendendo a dialética de forças que o conformam, compreendendo que existe uma realidade para além das construções normativas adotadas ainda hoje no planejamento urbano. Compreendendo então os elementos surgidos e o objetivo geral traçado para o presente artigo, percebe-se que as mulheres estão submetidas a constrangimentos que são intrínsecos às construções sociais de gênero perpetuadas pela construção social patriarcal materializada no espaço urbano. Essas construções estão intimamente ligadas à divisão sexual do trabalho, à perpetuação do trabalho reprodutivo por parte das mulheres e à corporificação de suas características biológicas na conformação de um espaço urbano que ainda favorece a família patriarcal e as relações patriarcais de poder. A partir de olhares não-hegemônicos para a cidade é que se pode dar conta da complexidade de demandas que surgem das vivências urbanas não normativas.

É importante salientar, que as mulheres não estão presentes no espaço urbano somente como submetidas aos poderes dominantes. Apesar dos constrangimentos encontrados como o medo da violência e a falta de acessos, as mulheres resistem e ressignificam a cidade a partir das suas experiências. Identificar essas resistências e o seu potencial transformador é o desafio a que a perspectiva feminista aqui adotada se propõe. Paradoxalmente, desde a imposição de um papel social ligado à reprodução da vida, as mulheres estabelecem as próprias forças de resistência e transformação de suas vivências cotidianas nas cidades, especialmente nas periferias empobrecidas,

São mulheres que pela própria forma de socialização feminina, voltada às relações de afeto e amizade, contam com as vizinhas para olharem seus filhos quando precisam dar pequenas saídas no dia-a-dia, ou até mesmo por turnos inteiros, para acessarem o mercado de trabalho. São elas que acolhem os filhos das moradoras mais vulneráveis, fornecendo alimento e cuidados, ou acolhem

os filhos de suas filhas e noras, para que as mesmas possam trabalhar. Essas pequenas redes são resistência à subordinação impressa pelo espaço urbano patriarcal. Ao mesmo tempo em que são socialmente cobradas para que se incluam como força laboral no mercado de trabalho formal, são impelidas a assumirem sozinhas o cuidado com sua prole e a manutenção da salubridade de suas moradias. Dentro de suas casas, as mulheres são a autoridade máxima sobre os filhos e dependentes, empenhando-se em mantê-los na escola e longe de influências que considerem negativas. Paradoxalmente, sua maior força de reação muitas vezes consiste na manutenção do papel social a elas imposto, afastam-se do trabalho formal remunerado, contrariando as expectativas sociais, mas investem naquilo que elas enxergam como sua principal tarefa: o cuidado com os filhos (HOFF, 2018, p. 128).

Por fim, este artigo não tem a pretensão de dar por encerrada a discussão sobre segregação urbana e os atravessamentos de gênero, ao contrário, entende-se que é necessário ampliar o rol de possibilidades que envolvem a temática, a fim de contribuir e enriquecer o debate acadêmico. Há uma contradição entre a base teórica escolhida, que se mostra insuficiente para dar conta do objeto empírico escolhido para o presente artigo. Isso se explica porque grande parte dos autores que são considerados referências no Brasil na questão da segregação urbana continuam a ignorar a diversidade de demandas presentes nos territórios, especialmente as demandas das mulheres. Temas como estes não podem mais ser considerados como recortes, mas sim como problemáticas transversais à realidade urbana. Nesse sentido, aponta-se para as possibilidades futuras de investigação a partir deste artigo, com outros olhares e procedimentos metodológicos.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *Do Direito à Cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro*. Rio de Janeiro, *Mana*, v. 2, n. 3, p. 483-498, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/abstract/?lang=pt>. Consultado em 01 de outubro de 2021.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1967.

BICHIR, Renata M.; MARQUES, Eduardo C. e TORRES, Haroldo G. Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial. In: José Marcos P. da Cunha. (Org.). *Novas Metrópoles Paulistas – População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 231-252. Disponível em http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_8_pgs_231_252.pdf. Consultado em 10 de maio de 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Aprivação do urbano e o “Direito à Cidade” em Henry Lefebvre. In: CARLOS, Ana Fani; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. (orgs). *São Paulo: Contexto*, 2017.

COL.LECTIU PUNT 6. *Urbanismo feminista: por una transformación radical de los espacios de vida*. Barcelona: Virus Editorial, 2019.

CORREA, Roberto L. *O espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 2013.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DORNELLES, Mizaél. *Desenvolvimento regional e uso do território: uma análise a partir do circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros no território da região de Santa Cruz – RS*. 2016. 183 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016.

DRAIBE, Sônia M. *O welfare state no Brasil: características e perspectivas*. Unicamp, NEPP – Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, Caderno de Pesquisa N°8, 1993. Disponível em <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2011/10/o-welfare-state-no-brasil-caracteristicas-e-perspectivas-sonia-draibe.pdf>. Consultado em 20 de setembro de 2016.

HOFF, Tuize Silva Rovere. *A cidade e a mulher: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS*. 2018. 146 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431680&idtema=132&search=rio-grande-do-sul|santa-cruz-do-sul|sistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010> Consultado em 14 de junho de 2016.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço urbano em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

MADARIAGA, Inés Sánchez. Infraestructuras para la vida cotidiana y calidad de vida. *Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid*, N°8: Reciclar la ciudad, 2004. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1253144>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2009.

_____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. In: *Estudos Avançados*, V. 17, N° 48, 2003, USP, São Paulo. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Consultado em 04 de outubro de 2016.

MARQUES, Eduardo; BICHER, Renata; GOMES, Sandra; PAVEZ, Thais. Os desafios da metrópole: desigualdades sociais, Estado e segregação na metrópole. In: LAVALLE, Adrian G. (org.). *O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Tese de livre docência. São Paulo, USP, 2007. Disponível em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/tes_2007_Redess_sociais.pdf. Acesso em: 29 de abril de 2019.

MUXÌ, Zaida Martines. *Ciudad próxima. Urbanismo sin género*. In: Café de las ciudades, ano 5, número 49, novembro de 2006. Disponível em http://www.cafedelasciudades.com.ar/politica_49_1.htm. Consultado em 16 de agosto de 2016.

ROVERE, Tuize S. *Rendimento mensal e gênero dos moradores responsáveis pelos domicílios particulares permanentes em Santa Cruz do Sul*. Observa/DR, 2020. Disponível em 3.Texto-Rendimento-nominal-mensal-e-gênero-dos-responsáveis-pelos-domicílios-em-Santa-Cruz-do-Sul.docx-1.pdf (observadr.org.br). Consultado em 03 de outubro de 2021.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, Joseli M. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa, PR: Toda palavra, 2009.

SILVEIRA, Rogério Leandro L. *Cidade, Corporação e Periferia Urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2003.

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial na cidade média de Santa Cruz do Sul – Brasil. In: *Revista FLUP*, Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto: FLUP, 2016. Disponível em [46-62_silveira \(up.pt\)](#). Acesso em 28 de julho de 2021.

TAVARES, Rossana Brandão. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. 2015. 231 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – Mestrado e Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: *Revista Estudos Avançados*, V.25, N°71, São Paulo: janeiro/abril de 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004. Consultado em 28 de outubro de 2016.

_____. A segregação urbana e a justiça. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano 11, N° 44, p. 341-346, julho/setembro de 2003. Disponível em <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf>. Consultado em 20 de setembro de 2016.

_____. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 2001.